



Índice

- 01** Documentos comprovam invasão de terra indígena pelo Governo do Estado de MS
- 02** Desfile em Marudá mostra a beleza e graça da mulher indígena
- 03** Curso de Especialização em Culturas e Histórias dos Povos Indígenas
- 04** Esportes tradicionais indígenas levam grande público à arena em Marudá
- 05** Cabo de guerra e corrida animam o quarto dia de competições
- 06** Exposições de fotografia e arte indígena encantam visitantes em Marudá
- 07** Fórum Social debate alcoolismo entre os índios e direito de imagem
- 08** Museu Kuahi apresenta cultura e tradição dos índios
- 09** TAC firmado com mercados em Amambai resguarda a comunidade indígena de práticas abusivas
- 10** Documentos comprovam invasão de terra indígena pelo Governo do Estado de MS
- 11** Faltam doadores de medula óssea com ascendência negra e indígena
- 12** Indígenas cobram segurança durante velório de jovem e acusam milícias por violência
- 13** Acordo entre MPE e comércio tenta combater abuso contra indígenas
- 14** Obras financiadas pelo Banco Mundial têm histórico de violações contra povos indígenas



- 15** Morte De Ashaninkas Na Fronteira Do Peru Deixa Índios Brasileiros Em Alerta
- 16** Univaja e indígenas do Vale do Javari denunciam descaso na Política de Atenção à Saúde Indígena
- 17** Agentes indígenas de saneamento e saúde não serão demitidos com concurso, afirma subprocuradora-Geral da República
- 18** O drama dos índios ignorados pela Funai
- 19** Sinais de preservação cultural na Raposa Serra do Sol
- 20** Agricultor que tentou resistir a expurgo étnico está preso. Índios que assassinaram agricultores a pauladas estão livres.
- 21** Condisi Xingu divulga resolução contra a criação do INSI
- 22** "O grande problema indígena não é de demarcação e sim de gestão"
- 23** Cimi lança relatório de Violência contra os Povos Indígenas
- 24** Saúde de famílias quilombolas é tema de reunião em Dom Feliciano
- 25** UFPA abre processo seletivo destinado a índios e quilombolas
- 26** Funai sabia da ação paramilitar dos índios Urubu-Kaapor
- 27** BELÉM: MPPA e MPF medeiam conflito entre população Quilombolas da Vila do Jambuaçu e Vale
- 28** Oeste do Paraná: uma onda ininterrupta de violência contra os povos indígenas



Documentos comprovam invasão de terra indígena pelo Governo do Estado de MS
SÍTIO CORREIO DE CORUMBÁ, 08.09.2014

O Governo do Estado de MS não cumpriu decisões judiciais prolatadas, a pedido do Ministério Público Federal, que determinam a apresentação de documentos comprobatórios da cessão de área da União. Na área em questão houve a construção e posterior duplicação da rodovia MS-156, entre os municípios de Dourados e Itaporã. Na área, vivem indígenas das aldeias Jaguapiru e Bororó, as mais populosas do país.

A transferência dessas terras federais ao estado é um dos argumentos usados pelo governo para deixar de cumprir integralmente acordo feito com o MPF e a Fundação Nacional do Índio (Funai) em 2010, em que se compromete a compensar danos causados pelas obras de extensão da rodovia e pela supressão de parte do território dos índios.

Em 2012, liminar da Justiça determinou que as ações compensatórias fossem cumpridas no prazo de três meses, sob pena de multa. Contudo, a decisão foi suspensa pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) depois que o estado alegou já ter realizado as obras pertinentes na faixa de domínio da rodovia.

Para o MPF, a citada faixa de domínio sequer existe, pois a área onde a rodovia foi construída é de propriedade da União, assim como todas as terras indígenas do país. O MPF apresentou à Justiça documentos da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), da Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos (Agesul) e documentos históricos que comprovam que não houve transferência da posse da terra. As provas reforçam "o dever do estado de implementar todas as medidas mitigadoras e compensatórias devidas em razão da duplicação da Rodovia Estadual MS-156, porque, efetivamente, houve supressão de terra indígena, destinada ao uso exclusivo desses povos".

Medidas de compensação

Um estudo do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul), realizado antes das obras de duplicação da MS-156 começarem, previu os danos que as obras causariam às comunidades, dentre eles, risco de acidentes de trânsito, alagamentos, erosões, rachaduras nas casas e ainda o choque cultural sofrido pelos indígenas.

O próprio governo do estado produziu um relatório dos impactos antropológicos e ambientais causados pelas obras. Nele, constam oito medidas de compensação aos danos estruturais e culturais sofridos pelas comunidades. Algumas delas são a construção de mais um trevo na rodovia e a melhoria do já existente; drenagem de águas pluviais; ampliação e prolongamento das faixas laterais, instalação de câmeras de monitoramento 24 horas, proteção do cemitério indígena com alambrado e um projeto de educação para o trânsito nas aldeias. Os itens foram definidos de modo a preservar a cultura indígena e respeitar seu modo de vida.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 159 / 2014

Brasília, 09 de setembro de 2014.

As medidas deveriam ter sido executadas antes da obra ser finalizada, o que não aconteceu. Atualmente, a estrada está em plena operação, em descumprimento à legislação brasileira e às condicionantes acordadas pelo governo do estado com os índios.

Para o MPF, o estado foi omissivo ao deixar de honrar o compromisso. "O fato de ser ente público lhe confere maior responsabilidade em cumprir os compromissos assumidos, em respeito ao princípio da moralidade administrativa, uma vez que se espera do Estado que não frustre a realização de medidas legitimamente esperadas pelos cidadãos em razão de pacto prévio".



Desfile em Marudá mostra a beleza e graça da mulher indígena

SÍTIO AGÊNCIA PARÁ DE NOTÍCIAS, 08.09.2014

Uma das atrações dos IV Jogos Tradicionais Indígenas do Pará, que estão sendo realizados até o dia 10 deste mês, na praia de Marudá, município de Marapanim, região nordeste do Estado, foi a apresentação de 15 guerreiras no desfile Beleza Indígena Paraense Cunha Porã, na noite deste domingo, dia 7. Quinzes belas mulheres, com idades entre 14 e 25 anos, representando 12 povos, se apresentaram em trajes esporte e típico. O público presente ficou encantado com a beleza e a graça das meninas guerreiras.

O desfile não é uma competição e sim uma mostra das diferenças entre as etnias. A escolha de cada uma das representantes foi feita pelo cacique da tribo. A apresentação é motivada para que cada povo mostre um traço, uma pintura, uma cor, diferenciando cada uma das mulheres por meio desses fatores. "Cada povo é diferente um do outro. O desfile é um meio de mostrar ao público a biodiversidade da mulher indígena, apresentada por 15 moças, cada uma representando o seu povo, em sua cultura e tradição", informou Maíra Elluké Terena, jornalista e coordenadora do desfile.

Pelo povo Xerente, do estado do Tocantins, a representante foi Elizabete Kuzeide, que usou como traje típico uma saia e um cocar de palha de buriti e um colar feito de tiririca. Os Gavião Parkatejê, do município de Bom Jesus (PA), tiveram duas representantes, Pekatti e Aiteprambre. As duas usaram um adorno na cabeça feito de cabaca e um 'arrin' que é usado tradicionalmente para carregar bebê.

Os Gavião Kyikatejê também tiveram duas representantes: Kakokrere e Seleste, e elas usaram cocar de pena, pulseira, cinto e colar de miçangas. A representante Tembê foi Elinete, que usou uma saia feita de taboca, capacete feito com pena de arara e pintura corporal que significa pedaços da lua. Pelos Pataxó, do estado da Bahia, a representante foi Exna, que usou uma saia de sementes de tento e um top de embira. A representante dos Parakanã Apyterewa foi Ku Txamevoa, que usou uma saia de tucum, colares de semente e outro cocar de morongó.

A representante Kayapó foi Mrojdabi, que usou um bracelete, pulseiras e colares de miçangas e um cocar de penas. A guerreira Guarani foi Tantantin-in que usou a roupa tradicional guarani, com saia e blusa de tecido branco, adornado com pinturas tradicionais de acordo com a pintura do corpo. O representante Kaiapó foi Nikorotí, que usou bracelete e colares feitos com miçangas e um cocar de penas de arara. Pelos Aikewara, desfilou Picore que usou uma saia feita de algodão tradicional da etnia.

Pelos Munduruku também foram duas representantes: Delga Dace Munduruku e Tamera Criskrxi Munduruku, que usaram uma saia feita de tauari; a pintura do rosto, que significa pássaro tesoureiro e a do corpo, que significa mulher guerreira. E a representante Aikewara foi Erute, que usou uma saia feita de algodão tradicional da etnia.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 159 / 2014

Brasília, 09 de setembro de 2014.

É segunda vez em que o desfile é realizado, sendo que a primeira foi em Cuiabá (MT), no ano passado. O desfile das moças foi coordenado por Tainara Terena, Miss Mato Grosso em 2007, que fez o treinamento de passarela com as indígenas. "Nossa intenção é que elas se interessem cada vez mais em participar de desfiles como este. E que elas também percebam como são bonitas e que têm muito que mostrar", disse Tainara.

A passarela foi montada no meio da arena de competições e ainda tinha um tablado mais alto, no qual as indígenas subiam e mostraram desembaraço com seus objetos usuais, como arco, flechas e apitos. O público aplaudiu com entusiasmo cada uma das representantes dos povos indígenas.

Dedé Mesquita
Secretaria de Estado de Esporte e Lazer



Boletim de Notícias - Edição nº 159 / 2014

Brasília, 09 de setembro de 2014.

Curso de Especialização em Culturas e Histórias dos Povos Indígenas

SÍTIO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 08.09.2014



O curso é semipresencial, gratuito e com duração de 510 horas

Isley Borges (Estagiário de Graduação)

As inscrições para o curso de especialização em Culturas e História dos Povos Indígenas ocorrem até amanhã, 09. Elas podem ser feitas na sala 156 do bloco 1G, no campus Santa Mônica da UFU, das 8h às 11h30min e das 14h às 17h.

O objetivo do curso é formar professores das redes municipais e estaduais de ensino para torná-los aptos a fazerem abordagens acerca de temáticas em torno das culturas e história dos povos indígenas.

Outras informações podem ser acessadas clicando aqui (<http://www.faced.ufu.br/node/435>).



Esportes tradicionais indígenas levam grande público à arena em Marudá

SÍTIO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 08.09.2014

A arena dos IV Jogos Tradicionais Indígenas do Pará lotou, montada na praia de Marudá, na tarde de sábado, 6, no primeiro dia de apresentação dos esportes tradicionais. Atletas de vários povos competiram nas modalidades arco e flecha, arremesso de lança e corrida de toras. Houve também demonstração de Kaipy, uma modalidade em que o guerreiro dispara a flecha para o chão, desviando-a para o alto e para frente até acertar o alvo.

O arco e flecha, muito usados no passado em guerras entre tribos guerreiras, hoje são utilizados com a finalidade de caça de subsistência. As competições dessa modalidade foram divididas em duas baterias, cada uma com doze atletas inscritos.

Na primeira, participaram Ikatu Surui, dos Aikewara; Tikinea, dos Arawete; Aje Assurini, dos Assurini do Xingu; Aikapotati, dos Gavião Kyikatejê; Hityiti Jocunti, dos Gavião Parkatejê; José Tosino, dos Guarani; Beptopup, dos Kayapó; Enildo Kirixi, dos Munduruku; Neno, dos Parakanã; Sérgio Muxi, dos Tembé; Nivaldo Cuusa, dos Wai Wai; e Koikur, dos Xikrin.

A segunda bateria veio com Tapiwkaw Surui, dos Aikewara; Twaniwan, dos Arawete; Paraty, dos Assurini do Xingu; Prekrore, dos Gavião Kyikatejê; Joprakatire, dos Gavião Parkatejê; Ailton Pereira, dos Guarani; Karõpi, dos Kayapó; Joelson Kaba, dos Munduruku; Koxameura, dos Parakanã; Muxiran, dos Tembé; e Felipe Wiripi, dos Wai Wai.

O alvo nessa primeira fase das competições foi a imagem de um xaréu, peixe muito conhecido dos moradores da região. Cada parte do corpo do peixe foi demarcado com uma pontuação, sendo a maior para quem acertasse o olho do animal.

Kaipy – Após as duas baterias, alguns indígenas demonstraram o Kaipy. Nessa modalidade o arco é disparado em direção ao chão, a flecha desvia e sobe e depois segue para a frente para acertar o alvo. A tala de uma palma de coqueiro é enrolada e nela são afixadas duas flechas. Esse conjunto é colocado no chão, à frente do atleta para delimitar o espaço do chão em que ele pode mirar. Ganha quem conseguir fazer a flecha chegar mais longe.

Após apresentação do Kaipy, houve o arremesso de lanças, seguido de três rituais realizados pelos representantes do povo Gavião Kyikatejê. Homens, mulheres e crianças, distribuídos em duas filas paralelas, dançaram e cantaram agitando seus maracás para pedir proteção dos deuses às famílias. Depois, o mesmo grupo homenageou a lua e encerrou apresentando a dança do peixe. Dessa vez, homens cobertos de palha dançaram simbolizando peixes que fogem de uma lontra.

A última modalidade de ontem foi a corrida de toras, apresentada pelo povo Gavião Kyikatejê. Três clãs entraram na arena. Cada um com nome de algum animal: peixe, arraia e lontra. As toras receberam desenhos correspondentes a cada clã. Autorizada a largada, os grupos

CONT.



passaram a correr dando três voltas por toda a arena, revezando suas toras entre os integrantes, sem parar de correr.

Após apresentação dos indígenas, quatro voluntários da plateia (foto acima) se ofereceram para correr revezando as toras junto com os índios. Foram improvisadas duas equipes: "saco roxo" e "macho pra chuchu". Esse momento de integração e descontração arrancou muitas risadas da plateia. Ambas as equipes foram consideradas vencedoras. Os indígenas presentearam os não indígenas com flechas.

Os convidados Xerente, do Tocantins, também mostraram sua corrida de toras, que difere em alguns detalhes da prática encontrada entre os Gavião Kyikatejê, do Pará. A tora usada pelos Xerente é mais comprida e menos grossa. Os Xerente deram cinco voltas na arena. Quatro guerreiras ficaram posicionadas no fundo da arena para marcar o limite da corrida dos guerreiros.

Os Xerente encerraram sua corrida com uma dança circular ao redor da pira acesa à frente da arena, que guarda o fogo sagrado aceso na abertura dessa versão dos jogos, na última sexta-feira, 5.

Cultural – Após as competições deste sábado, o público vibrou com a apresentação do grupo de carimbó "Felicidade não tem idade", composto por 28 dançarinos com idades entre 60 e 86 anos. "Fundamos esse grupo há oito anos, em nosso município de Marapanim", contou Maria Dinair Cardoso de Abreu, de 69 anos, a fundadora do grupo.

Também houve apresentação de alunos de escolas públicas de Marapanim, que apresentaram uma coreografia em homenagem ao Brasil, no qual as meninas usaram fitas verdes e amarelas e os meninos fizeram 'embaixadinhas' com bolas de futebol.

Texto: Angela Gonzalez – Ascom Seel



Cabo de guerra e corrida animam o quarto dia de competições

SÍTIO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 08.09.2014

O quarto dia dos IV Jogos Tradicionais Indígenas do Pará, em Marudá, município de Marapanim, nordeste do Estado, começou com mais uma etapa de futebol de campo, nas modalidades masculina e feminina. No estádio do Araujão, as partidas foram entre os guerreiros das etnias Kayapó, Gavião Parkatejê, Xikrin, Aikewara, Gavião Kykatejê e Tembê. No campo do Bacuriteua, a disputa foi entre as mulheres do Aikewara, Gavião Kykatejê, Tembê, Xikrin, Kayapó e Gavião Parkatejê. A tarde foi a vez dos esportes tradicionais com disputa de cabo de guerra, rônkran e corrida de 100 metros para mulheres. As competições tradicionais ocorreram na arena de jogos montada na praia de Marudá.

Desde o início da manhã, a movimentação já era grande ao redor dos principais espaços de competição. No estádio do Araujão, indígenas de diversas etnias animaram a torcida e fizeram um ritual pedindo proteção durante a partida. Dentro de campo, a equipe masculina do Gavião Kykatejê, que já participou do Campeonato Paraense de Futebol, mostrou novamente a grande habilidade com o esporte, vencendo a equipe dos Kayapó por 4 X 1.

"A cada nova vitória, nós temos a certeza do quanto é importante investir em um futebol praticado apenas por indígenas. E é isso que o nosso povo defende. Não queremos formar uma equipe apenas para disputar competições, queremos disputar os campeonatos e afirmar a importância das nossas raízes e tradições dentro e fora dos estádios", declarou o técnico da equipe Gavião Kykatejê, Jakure Gavião.

Nesta segunda-feira, 8, serão disputadas as finais de futebol de campo. No feminino, a semifinal será entre Aikewara e Gavião Parkatejê. A equipe vencedora dessa disputa joga a final contra a equipe do povo Gavião Kykatejê. No masculino, a semifinal será entre os Xikrin e os Gavião Kykatejê. Quem vencer joga a final contra o povo Kayapó.

Tradicionais – Na arena de competições tradicionais, o público lotou as arquibancadas para acompanhar de perto a força de 13 etnias na disputa pelo cabo de guerra. Praticado por equipes masculina e feminina, a atividade esportiva animou a multidão, que vibrava cada vez que uma etnia derrubava a outra no chão. Após cada vitória, os rituais de celebração tomavam conta da arena, com indígenas dançando e cantando em agradecimento ao resultado de cada nova disputa.

"Esses rituais de dança representam o espírito de festa com que cada guerreiro encara esses tipos de competição. Por isso, que independente das disputas dentro da arena, o que prevalece entre as diversas etnias é o espírito de fraternidade e celebração", explicou Marcos Terena, idealizador dos Jogos Indígenas e coordenador do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 159 / 2014

Brasília, 09 de setembro de 2014.

Apresentado pelos guerreiros da etnia Kayapó, o rônkrã – esporte tradicional indígena que consiste em um jogo com bastões e uma bola feita de coco de babaçu – também animou o público presente na arena. A maratona de atividades esportivas terminou com uma corrida de 100 metros, disputado dentro da arena apenas por mulheres das etnias.

Após os jogos, a programação na arena seguiu ainda com apresentação de grupos de carimbó e a escolha da “beleza indígena”, que mostrou um desfile com mulheres de todas as 15 etnias participantes do evento.

A quarta edição dos Jogos Tradicionais Indígenas do Pará segue até a próxima quarta-feira, 10, no distrito de Marudá, município de Marapanim. O evento é uma realização do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (Seel), em parceria com o Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena.

Texto: Adison Ferrera – Agência Pará



Exposições de fotografia e arte indígena encantam visitantes em Marudá

SÍTIO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 08.09.2014

“Arte e identidade étnica” é o nome da exposição etnográfica que está aberta ao público, com acesso gratuito, na oca das exposições instalada no complexo da Arena dos IV Jogos Tradicionais Indígenas do Pará, na praia de Marudá.

São dezenas de artefatos indígenas e fotografias, parte do acervo pessoal dos historiadores e produtores culturais Carlos Souza e Robinson Silva e contém peças colecionadas pela dupla ao longo de 20 anos de pesquisas junto a vários povos indígenas da Amazônia.

O material já esteve em exposição no Museu do Estado do Pará, no ano passado, e no Museu Paraense Emílio Goeldi, em 2012. Traz utensílios domésticos e de uso pessoal, além de indumentárias utilizadas em rituais religiosos. São redes, flechas, cestos, toras usadas em competições esportivas, entre outros artefatos. Dentro do espaço, há ainda uma área reservada à exposição de vídeos sobre vários povos.

Uma área de destaque foi reservada para o material que trata das atividades esportivas do povo Gavião Kyikatejê, etnia que tem um time de futebol profissional, o Gavião Kyikatejê Futebol Clube, que teve destaque no Campeonato Paraense de Futebol 2014.

O público conta ainda com uma exposição fotográfica com imagens de Robinson Silva, Alice Kohler, Delma Lobo e Magno D’Leon.

O espaço está aberto para visitação sempre das 9h às 12h e das 16h às 22h. A organização estima que nos quatro dias iniciais da exposição, 5.200 pessoas já tenham visitado o local.

Texto: Angela Gonzalez – Ascom Seel



Fórum Social debate alcoolismo entre os índios e direito de imagem

SÍTIO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 08.09.2014

O I Fórum Social Indígena foi encerrado neste domingo (7) com palestras sobre saúde mental e um debate acerca da responsabilidade dos profissionais da imprensa quanto ao uso da imagem dos indígenas. Na plateia, mais de 60 indígenas e não indígenas, entre professores universitários, estudantes, moradores da região e representantes da sociedade civil tiraram dúvidas e deram sugestões aos profissionais que estavam na mesa.

O evento começou com as participações de Pedro Paulo Ferreira, da 3ª Regional do Programa de Saúde Mental, da Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa), e da psicóloga Miriam Dantas, ligada ao Instituto Muirapinima, do município de Marapanim. "O alcoolismo e o uso de psicotrópicos estão entre os problemas mais frequentes entre os povos indígenas. Precisamos trabalhar com a prevenção desses problemas", disse Miriam Dantas, que é de origem Tembé.

"Devido às diferenças culturais, há necessidade de um atendimento especial aos pacientes indígenas. Por isso, planejamos a criação de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) específico para o atendimento desses povos", informou Pedro Paulo.

Imagem - A mesa redonda "Fotografia nos Jogos Indígenas: Responsabilidades com direitos autorais" (foto acima) foi outra novidade da programação dos IV Jogos Tradicionais Indígenas do Pará. Por solicitação dos irmãos Marcos e Carlos Terena, que coordenam o Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena, o fotógrafo Raimundo Paccó, da Frame Photo, convidou fotojornalistas e documentaristas que, assim como ele, já trabalharam na cobertura de vários eventos realizados por povos indígenas. Participaram Roberta Tojal, que atua no Comitê Intertribal, Oswaldo Forte, Tasso Sarraf e Salvador Scofano.

Um dos assuntos mais discutidos foi o retorno material e simbólico do trabalho dos fotógrafos para os povos indígenas. "Quando se fala em retorno, geralmente se pensa em cotas nas publicações. Mas o que temos que entender é que mandar algumas cópias dos livros que publicamos, por si só, não chega a ser realmente um retorno. Vamos ministrar oficinas, mostrar aos indígenas como fazemos nosso trabalho, ensiná-los a fotografar, ou promover mais debates como esse nas aldeias", ressaltou Roberta Tojal.

Marcos Terena mais uma vez solicitou o apoio dos fotógrafos para a composição do banco de imagens do Comitê Intertribal. Salvador Scofano, que já cobriu vários eventos indígenas, ofereceu suas imagens e pediu informações mais precisas sobre o banco de imagens do Comitê. "Às vezes, a gente quer doar o material, mas não sabe a quem se dirigir", disse Scofano.

A professora Viviane Menna Barreto, da Faculdade Estácio-FAP, que coordena o projeto Expedições e Cartografias da Amazônia, também ofereceu imagens. "Temos sete fotógrafos na

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 159 / 2014

Brasília, 09 de setembro de 2014.

nossa equipe, e estamos finalizando um HD com muitas imagens desses jogos. Queremos doar esse material”, informou a professora.

Ao final do debate, o coordenador da mesa, Raimundo Paccó, entregou a Marcos Terena um exemplar do livro “Auêra-Auara: A História do Surf na Pororoca”.

Texto: Angela Gonzalez – Ascom Seel



Museu Kuahi apresenta cultura e tradição dos índios

SÍTIO DIÁRIO DO AMAPÁ, 08.09.2014

Esculturas, objetos mitológicos, vestimentas e artigos artesanais fazem parte da exposição do Museu Kuahi, montada na área interna da Feira Internacional de Oiapoque (FIO 2014), que foi aberta dia 4 e encerrada neste domingo, 7, na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa.

O espaço, que foi totalmente decorado e ornamentado com produtos indígenas, conta um pouco da história e tradição dos povos da região do Oiapoque através de peças representativas da cultura material de cada comunidade: Palikur, Karipuna, Galibi Marworno e Galibi Kalinã, além de peças artesanais produzidas e comercializadas pelas mulheres indígenas.

Para Renata Lod, descendente da etnia Galibi Kalinã e responsável pelo acervo histórico do Museu, apresentar uma parte da história desses povos à população e visitantes do município é muito importante a todas as comunidades, pois ajuda a sociedade a conhecer um pouco mais da vida dos índios.

“Para todos nós, povos indígenas, é bom participar desse tipo de evento e poder mostrar um pouco da nossa história, da nossa cultura. Ver o interesse das pessoas que chegam aqui em querer conhecer nossa história é gratificante. A cada peça que veem, querem sempre saber mais e mais da cultura dos nossos povos”, enfatizou.

O médico baiano que hoje atua no Hospital de Oiapoque, Rudinei Santana, disse que a exposição do Museu, principalmente para os turistas que visitam a Feira, é um dos espaços mais interessantes do evento.

“Essa exposição não poderia faltar aqui, principalmente por ter uma cultura indígena tão forte e tão presente no município. Eu, que atuo há alguns meses na região, não conhecia a história dos povos indígenas, passei aqui e fiquei encantado”, comentou.



TAC firmado com mercados em Amambai resguarda a comunidade indígena de práticas abusivas

SÍTIO MIDIAMAX NEWS, 08.09.2014

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul por meio do Promotor de Justiça Etéocles Brito Mendonça Dias Júnior da Comarca de Amambai/MS firmou um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com os representantes de diversos mercados e supermercados da cidade Amambai devido a condutas abusivas no ramo empresarial no Município.

De acordo com os autos do Inquérito Civil os empresários do ramo de varejo de produtos em geral, foram apontados pela investigação ministerial, com fulcro em relatório de inteligência policial e depoimento de testemunhas, como protagonistas de condutas abusivas no ramo empresarial, notadamente de reter ilegalmente cartões de benefícios de pessoas de reconhecida vulnerabilidade social e econômica, principalmente indígenas, como garantia de dívida e de perpetuação de clientela.

Além disso, tais empresários utilizavam o chamado serviço de “leva e trás” no itinerário Aldeias – Mercado – Aldeias em condições de segurança absolutamente frágeis, colocando em risco a vida e integridade física dos indígenas. Como se não bastasse, ainda cobravam tarifas por referida espécie de transporte, ferindo a Lei Municipal n. 2.180-2009, que trata do transporte remunerado, coletivo e individual de passageiros, sem ter a devida autorização da municipalidade para prestar serviço de táxi.

Nas cláusulas do TAC firmado os representantes da atividade empresarial, a partir da data da assinatura, deverão abster-se de praticar quaisquer das práticas abusivas descritas no art. 39 do Código de Defesa do Consumidor, principalmente as condutas previstas nos incisos IV e V, ou seja, lhe é vedado: (...) IV - prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços; V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva; e deverão abster-se de reter cartões bancários ou cartões de benefícios sociais dos clientes como forma de garantir o pagamento de dívidas contraídas no estabelecimento comercial.

De acordo com o TAC, caso os empresários tenham interesse em realizar o serviço de transporte individual de passageiro de forma remunerada, devem providenciar a necessária autorização do Poder Público Municipal, observando, para isso, o que dispõe a Lei Municipal n. 2180/2009, sendo vedado aos compromitentes vincular o serviço de transporte de passageiros ao exercício da atividade comercial principal, de forma a incrementar o valor total das compras, ou ainda fazerem cobranças pelo transporte em desacordo com as tarifas fixadas pelo poder Público Municipal.

Os empresários acataram, na íntegra, as condições no Termo de Ajustamento de Conduta e iniciaram imediatamente o cumprimento das condições.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 159 / 2014

Brasília, 09 de setembro de 2014.

Após a realização do TAC, foi feita reunião com as lideranças das aldeias locais, Amambai, Limão Verde e Taquapery, onde foi dada ciência do teor do acordo firmado com os comerciantes e sugerido o amplo repasse de informações sobre a abusividade das condutas até então praticadas para toda a comunidade indígena.



Documentos comprovam invasão de terra indígena pelo Governo do Estado de MS
SÍTIO DOURADOS AGORA, 08.09.2014

O próprio governo do estado produziu um relatório dos impactos antropológicos e ambientais causados pelas obras

O Governo do Estado de MS não cumpriu decisões judiciais prolatadas, a pedido do Ministério Público Federal, que determinam a apresentação de documentos comprobatórios da cessão de área da União. Na área em questão houve a construção e posterior duplicação da rodovia MS-156, entre os municípios de Dourados e Itaporã. Na área, vivem indígenas das aldeias Jaguapiru e Bororó, as mais populosas do país.

A transferência dessas terras federais ao estado é um dos argumentos usados pelo governo para deixar de cumprir integralmente acordo feito com o MPF e a Fundação Nacional do Índio (Funai) em 2010, em que se compromete a compensar danos causados pelas obras de extensão da rodovia e pela supressão de parte do território dos índios.

Em 2012, liminar da Justiça determinou que as ações compensatórias fossem cumpridas no prazo de três meses, sob pena de multa. Contudo, a decisão foi suspensa pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) depois que o estado alegou já ter realizado as obras pertinentes na faixa de domínio da rodovia.

MS 156

Para o MPF, a citada faixa de domínio sequer existe, pois a área onde a rodovia foi construída é de propriedade da União, assim como todas as terras indígenas do país. O MPF apresentou à Justiça documentos da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), da Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos (Agesul) e documentos históricos que comprovam que não houve transferência da posse da terra. As provas reforçam "o dever do estado de implementar todas as medidas mitigadoras e compensatórias devidas em razão da duplicação da Rodovia Estadual MS-156, porque, efetivamente, houve supressão de terra indígena, destinada ao uso exclusivo desses povos".

Medidas de compensação

Um estudo do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul), realizado antes das obras de duplicação da MS-156 começarem, previu os danos que as obras causariam às comunidades, dentre eles, risco de acidentes de trânsito, alagamentos, erosões, rachaduras nas casas e ainda o choque cultural sofrido pelos indígenas.

CONT.



O próprio governo do estado produziu um relatório dos impactos antropológicos e ambientais causados pelas obras. Nele, constam oito medidas de compensação aos danos estruturais e culturais sofridos pelas comunidades. Algumas delas são a construção de mais um trevo na

CONT.

rodovia e a melhoria do já existente; drenagem de águas pluviais; ampliação e prolongamento das faixas laterais, instalação de câmeras de monitoramento 24 horas, proteção do cemitério indígena com alambrado e um projeto de educação para o trânsito nas aldeias. Os itens foram definidos de modo a preservar a cultura indígena e respeitar seu modo de vida.

As medidas deveriam ter sido executadas antes da obra ser finalizada, o que não aconteceu. Atualmente, a estrada está em plena operação, em descumprimento à legislação brasileira e às condicionantes acordadas pelo governo do estado com os índios.

Para o MPF, o estado foi omissos ao deixar de honrar o compromisso. "O fato de ser ente público lhe confere maior responsabilidade em cumprir os compromissos assumidos, em respeito ao princípio da moralidade administrativa, uma vez que se espera do Estado que não frustre a realização de medidas legitimamente esperadas pelos cidadãos em razão de pacto prévio".



Faltam doadores de medula óssea com ascendência negra e indígena

SÍTIO GOVERNO DE GOIÁS, 08.09.2014

Sala de coleta do Hemogo

O Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome), que engloba todos os estados brasileiros, tem 24 milhões de doadores cadastrados no País. "Nós temos 3,5 milhões de doadores cadastrados nessa rede. O Brasil tem o terceiro maior registro de doadores de medula óssea do mundo", ressalta o diretor-geral do Hemocentro de Goiás, Mauro Silva.

Goiás pode cadastrar 12 mil doadores por ano. "Nós já estamos um pouco acima dessa quantidade de 12 mil doadores cadastrados, mas Goiás precisa aumentar a representatividade genética, inclusive de descendentes de índios e de pessoas originárias de quilombos", explica a coordenadora da Divisão de Captação de Medula Óssea do Hemogo, Ludmila Ferreira. Um morador de Goiás pode ser compatível com algum receptor do Canadá, por exemplo. Pode acontecer o caminho inverso também porque o cadastro é nacional e o Brasil, através do Redome, firmou convênio com vários países.

Hemocentro de Goiás

O Hemocentro de Goiás (Hemogo) atende os leitos do Sistema Único de Saúde (SUS), cerca de 80 hospitais, com a oferta de sangue e seus derivados, além investir em ensino e pesquisa. Segundo Ludmila Ferreira, o cadastro de doadores de medula óssea é feito exclusivamente na unidade ou em algum local onde esteja sendo feita campanha relacionada ao tema.

O doador deve ter de 18 a 55 anos, apresentar documentos pessoais (carteira de identidade e CPF), três telefones de contato e assinar um termo de responsabilidade. "Primeiramente, ela tem que ter vontade de doar. Muitas pessoas se cadastram sem ter vontade e quando são chamadas para efetivar a doação, elas não comparecem", alerta Ludmila. O doador não pode ser portador de HIV e não pode ter tido câncer anteriormente, mas pode estar tomando qualquer remédio, pode ter bebido no dia anterior e pode ou não estar em jejum. No ato do cadastro retira-se 5 ml de sangue do doador, que vai para o banco do Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome).

Ludmila Ferreira - coordenadora da Divisão de Captação de Medula Óssea do Hemocentro de Goiás Foto: Ângela Scalon

Ludmila Ferreira – coordenadora da Divisão de Captação de Medula Óssea do Hemocentro de Goiás

Procedimentos para a doação de medula óssea

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 159 / 2014

Brasília, 09 de setembro de 2014.

A doação de medula óssea pode acontecer de duas formas: procedimento cirúrgico no qual se retira a medula óssea do osso da bacia (conhecida como punção direta da medula) ou por aférese (punção da veia), procedimento no qual uma máquina faz a coleta apenas das células-mãe, estimuladas pelo uso de medicamento. "Muita gente confunde com alguma coisa relacionada à coluna espinhal. Na doação de medula óssea não se retira nada da coluna. A medula óssea é retirada direto da produção, que fica no osso da bacia. Uma agulha faz essa punção e retira-se uma quantidade como se fosse uma bolsa de sangue, cerca de 450 ml", salienta Ludmila.

No Estado de Goiás esta coleta é feita no Hospital Araújo Jorge e o doador fica internado pelo período de apenas um dia. O Hospital Araújo Jorge também faz a cirurgia de transplantes, mas só entre parentes.

Cadastro do doador

O cadastro do doador só pode ser feito no Hemocentro, em Goiânia (Avenida Anhanguera, nº 5195 – Setor Oeste), nas unidades do interior (Rio Verde, Ceres, Jataí e Catalão) ou através de campanhas de doação organizadas pelo Hemogo. "Nós tivemos uma funcionária da Secretaria da Saúde que fez a doação de medula óssea para o irmão dela, que mora lá em Portugal, sinal que as pessoas podem ser doadoras em todo o mundo. Estamos buscando uma pactuação com outros estados que provavelmente não atingirão a meta estabelecida pelo Ministério da Saúde para aumentarmos nossa quota de doadores", relata Mauro Silva.

Mais informações: (62) 3201-4575

Gerência de Benefícios ao Servidor

Gabinete de Gestão de Benefícios ao Servidor e Relações Sindicais



Indígenas cobram segurança durante velório de jovem e acusam milícias por violência

SÍTIO DOURADOS NEWS, 08.09.2014

Lideranças indígenas mostraram revolta durante o velório do adolescente Tiago Ortiz Machado, 14, assassinado com um tiro no ouvido esquerdo na noite de sábado (6) na Aldeia Bororó, Reserva Indígena de Dourados. Eles contestam o trabalho da FNS (Força Nacional de Segurança) e acusam milícias de atuarem de maneira imprópria na área.

“A Força Nacional é devagar, demora para realizar os atendimentos e ficamos reféns desses grupos que fazem a segurança por conta”, comentou por telefone um indígena que participava do velório do jovem e não se identificou.

A segurança na região sempre foi cobrada pela população e na noite do crime, segundo a polícia, a vítima caminhava na companhia do irmão de 17 anos, quando, próximo de uma igreja, foram abordados por Celso Savala, 50, acompanhado por mais dois seguranças da capitania da aldeia. Savala é o acusado de ter efetuado o disparo e acabou preso e encaminhado para o 1º Distrito Policial.

“Vamos realizar movimentações a fim de chamar o governo e os organismos competentes para que voltem suas atenções para nós. Não temos segurança”, finalizou.

Na data do ocorrido, o irmão da vítima disse que os adolescentes foram abordados por estarem levando uma barra de ferro e uma corrente. Logo em seguida, ouviu um tiro e notou o irmão caído.

Na delegacia, o acusado disse que efetuou o disparo após ser atacado pelo adolescente.



Acordo entre MPE e comércio tenta combater abuso contra indígenas

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 08.09.2014

Em Amambai, distante 360 km de Campo Grande, o MPE (Ministério Público Estadual) firmou TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com representantes de diversos supermercados da cidade por causa de condutas empresariais abusivas.

Com base no relatório de inteligência policial e no depoimento de testemunhas, a investigação do MPE verificou que os empresários do ramo de varejo estavam retendo ilegalmente cartões de benefícios como garantia de dívida e de formação de clientela.

As principais vítimas eram indígenas e pessoas com vulnerabilidade social e econômica. Os empresários também utilizavam o chamado serviço de "leva e trás", transportando indígenas em condições precárias de segurança no itinerário aldeias – mercado – aldeias. Além de colocar em risco a integridade física dos passageiros, o serviço fere a lei municipal 2.180-2009 e não tinha autorização para ocorrer.

Combinado - De acordo com o TAC firmado, os empresários não podem praticar nenhuma das ações abusivas descritas no artigo 39 do Código de Defesa do Consumidor, principalmente as condutas previstas nos incisos IV e V.

Em outras palavras, eles não podem tirar vantagens da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista idade, saúde, conhecimento ou condição social, para fazer ter prioridade seus próprios produtos ou serviços. O código também prevê que é proibido reter cartões bancários ou cartões de benefícios sociais dos clientes como forma de garantir o pagamento de dívidas contraídas no estabelecimento comercial.

Segundo o termo firmado, os empresários que querem fazer serviço de transporte individual de passageiro de forma remunerada, devem pedir autorização no poder público municipal de acordo com a lei municipal n. 2180/2009. Além disso, também é proibido vincular o serviço de transporte de passageiros ao exercício da atividade comercial principal com o objetivo de incrementar o valor total das compras ou, ainda, fazer cobranças pelo transporte em desacordo com as tarifas fixadas pelo poder público do município.

Os empresários aceitaram as condições do TAC na íntegra e iniciaram imediatamente o cumprimento das condições. Foi feita reunião com as lideranças das aldeias locais Limão Verde, Amambai e Taquapery onde foi anunciado e explicado o acordo firmado com os comerciantes. Caso o acordo seja descumprido, os indígenas podem comunicar os abusos às autoridades.



Obras financiadas pelo Banco Mundial têm histórico de violações contra povos indígenas

SÍTIO ADITAL, 08.09.2014

O Banco Mundial (Bird) tem um longo histórico de financiamento a obras que vulneram os direitos dos povos indígenas no mundo todo e, na Guatemala a situação não é diferente. A Organização Fraternal Negra Hondurenha (Ofraneh) está divulgando um comunicado rememorando os projetos financiados pelo Bird que ameaçaram e ainda ameaçam a existência dos povos indígenas, em nome de um "desenvolvimento neocolonialista".

Entre os fatos recentes, no último dia 30 de julho, o Banco descartou as sugestões de organizações sociais acerca de sua nova política, denominada Standard Ambiental e Social (ESS7). A salvaguarda ESS7, avalia a Ofraneh, representa um retrocesso de décadas de negociações, pois permite aos Estados-nações descartarem sua aplicação em situações em que "a identificação como povos indígenas poderá exacerbar as tensões étnicas ,ou seja, incompatível com as disposições da Constituição nacional". Assim, o Banco Mundial se esquivava de suas obrigações referentes aos povos indígenas e ao direito internacional, como indica o ponto 9 da salvaguarda ESS7.

"A diluída aplicação do direito à Consulta-Consentimento, Prévio, Libre e Informado (CPLI) se converte em uma das maiores ameaças para os povos indígenas ante as inconsistências em matéria de direito humanos que assolam a maioria dos Estados-nações, aquelas que recusam, em várias ocasiões, reconhecer os direitos dos povos indígenas, apesar de terem ratificado o Convênio 169, da OIT, e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas", alerta a Ofraneh.

Retrocedendo alguns anos, a Organização lembra que o ano de 1984 marcou um capítulo nefasto da história da Guatemala. Naquele ano, o Exército guatemalteco exterminou a população maya-achi do Rio Negro, em Baja Verapaz. Nos massacres de Rio Negro, Aldea Xococ, Pacoxom, Los Encuentros e Agua Fría, cerca de 400 indígenas foram assassinados e 3.445 foram deslocados forçadamente. O etnocídio foi fruto da construção da represa do Chixoy, financiada pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Apesar das denúncias apresentadas contra o Governo da Guatemala e dos chamados efetuados junto ao Bird e ao BID, a construção da represa continuou e foi finalizada em 1985. Em 2012, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), emitiu uma sentença condenando o Estado da Guatemala, no entanto, até agora, nada foi feito.

Mesmo após o massacre de Chixoy e ciente das violações aos povos indígenas, o Banco Mundial concedeu um empréstimo de mais de 450 milhões de dólares para a construção da represa de Sardar Sarovar, no rio Narmada, Índia, que afetou o povo Adivasi, deslocando mais de 200 mil pessoas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 159 / 2014

Brasília, 09 de setembro de 2014.

A Ofrañeh também recorda que o Bird respaldou, entre 1979 e 1988, no Paraguai, a ditadura de Alfredo Stroessner, com a construção da mega-represa do Yacireta. O montante do valor aplicado na obra superou os 11 bilhões de dólares e deslocou mais de 100 mil indígenas e camponeses, que nunca foram compensados pelos danos.

Há o temor de que o Banco Mundial inicie uma nova etapa de desrespeito sistemático aos direitos dos povos indígenas e sejam revividos momentos, como o do massacre de Chixoy. A Ofrañeh aponta que o Bird possui um fundo de 60 bilhões de dólares voltado para o financiamento de megaprojetos, muitos deles relacionados à construção de represas e hidrelétricas, situação que poderá se transformar em um "holocausto para os povos indígenas".



Morte De Ashaninkas Na Fronteira Do Peru Deixa Índios Brasileiros Em Alerta

SÍTIO DE FRENTE COM A NOTÍCIA, 08.09.2014

A morte de quatro líderes indígenas peruanos, do povo Ashaninka, assustou os indígenas brasileiros que vivem em área de fronteira. Edwin Chota Valera, Leôncio Quinticima Melendez, Jorge Rios Perez e Francisco Pinedo, membros da Comunidade Nativa Alto Tamaya – Saweto, foram mortos no dia 1º de setembro, na fronteira com o Peru, quando se deslocavam pela floresta em direção à aldeia Apiwtxa, na Terra Indígena Ashaninka do Rio Amônia, localizada no lado brasileiro, em Marechal Thaumaturgo (AC), a 559 km de Rio Branco.

Apesar da morte ter ocorrido no último dia primeiro, apenas no domingo, 7, os indígenas brasileiros ficaram sabendo na notícia, informou o líder indígena ashaninka da aldeia brasileira, Francisco Pyãngo.

“Estávamos aguardando eles para uma reunião na última segunda, 1, como eles não apareceram saímos da aldeia para cuidar de outras agendas.

Sábado, 6, descobrimos que estava circulando algumas informações sobre uma possível morte, fomos procurar e confirmamos a notícia no domingo”, conta.

A suspeita, segundo ele, é que os indígenas tenham sido mortos por madeireiros e narcotraficantes da região.

Ele teme que o mesmo ocorra do lado brasileiro.

“Nós temos uma articulação com várias comunidades da região de fronteira e a nossa pauta é uma posição contra os madeireiros e narcotraficantes na região. O que ocorreu, pra nós, é muito claro que tem uma relação direta com esse trabalho. A gente sente muito, porque dá uma sensação de insegurança no lado do Brasil.

Estamos muito revoltados, achávamos que isso [assassinatos] era coisa do passado”, disse.

Pyãngo informou ainda que o governo estadual, a Polícia Federal, o Exército Brasileiro e a Fundação Nacional do Índio (Funai) foram acionados. Os indígenas querem reforçar a segurança na fronteira brasileira.

“Das pessoas que morreram, muitas tem família que moram na nossa terra, no lado brasileiro. Esses líderes assassinados são bastante conhecidos na comunidade internacional, estamos chocados e assustados com o que pode ocorrer. A sensação de insegurança é muito grande”, afirma.

ONG lança nota

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 159 / 2014

Brasília, 09 de setembro de 2014.

A Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC), organização não governamental acreana, emitiu uma nota de pesar nesta segunda-feira, 8, sobre o assassinato de Edwin Chota Valera, Leoncio Quinticima Melendez, Jorge Rios Perez e Francisco Pinedo, no dia 1 de setembro. A ONG reforçou que existe uma 'sensação de insegurança' das comunidades de fronteira devido à mobilização das lideranças para impedir a investida de 'grupos criminosos' sobre os territórios.

"Esperamos que o Estado peruano apure imediatamente este caso, com rigor, e não deixe se instalar a impunidade, como observado em casos anteriores, de crimes contra os direitos indígenas.

Reafirmamos também a necessidade, diversas vezes já expressa, que os governos do Acre e federal respondam as demandas de fiscalização da fronteira, com ações mais contínuas, apoiando as comunidades indígenas que nela habitam e que continuam como atores solitários da defesa do território brasileiro", diz a nota.



Univaja e indígenas do Vale do Javari denunciam descaso na Política de Atenção à Saúde Indígena

SÍTIO CIMI, 08.09.2014

"Violência e doenças, pontas de lança da civilização: o contato com o homem branco continua sendo, para os indígenas, o contato com a morte", Eduardo Galeano

Falta de estrutura, material básico de atendimento, equipamento, amputação de membros de crianças por falta de medicamentos ofídico (relativo a ataques por cobras) e pacientes que não recebem o tratamento adequado. Assim são tratados os povos indígenas do Vale do Javari, em Amazonas, uma verdadeira negligência e omissão por parte dos órgãos competentes no que tange à saúde indígena.

Uma carta denunciando a Política de Atenção à Saúde Indígena no Brasil foi protocolada pela União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja) e lideranças indígenas à Funai, ao Ministério da Saúde, a Secretaria de Direitos Humanos, a Secretaria-Geral da Presidência da República, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e a Procuradoria-Geral da República. Na carta, os indígenas pedem além de mais atenção na saúde, a exoneração do coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), Heródoto Jean de Sales, devido a sua má gestão.

Os indígenas relatam que o coordenador intimida os profissionais de saúde para não "comprar" a versão dos indígenas de que faltam medicamentos. "A política de saúde indígena aqui no estado é totalmente demagoga! O coordenador da DSEI é um futuro candidato a prefeitura de Atalaia do Norte (AM). Ele diz que não quer errar fazendo mais ações, mas esquece a situação dos indígenas. Ele defende a vida profissional dele e coopta lideranças e inclusive deu orientação para os profissionais de saúde não escutarem os indígenas", denuncia Paulo Barbosa Marubo, presidente da organização indígena do Vale do Javari, Univaja.

"Temos muitas roupas sujas a serem lavadas", "O local exala um odor insuportável", reclamam os pacientes indígenas quando são atendidos. Em condições insalubres e desumanas os povos do Vale do Javari são tratados. "Nós vivemos em uma região endêmica e precisamos dos esforços das autoridades competentes para fazer o controle da situação das doenças que afeta e mata nossos familiares", afirma Manoel Marubo da organização indígena do Vale do Javari, Univaja.

Os altos índices de mortalidade na região e amputação de membros de crianças, jovens e adultos corroboram essa realidade. Não é à toa que o atendimento à saúde indígena hoje se restringe a medidas paliativas e emergenciais, quando não a criação de projetos antidemocráticos que visam a retirada de direitos historicamente conquistados, vide agora a tentativa de criação do novo projeto de lei que visa privatizar a saúde indígena, processo que tem excluído os indígenas do debate e exime o poder público de tratar sobre a saúde indígena no Brasil.

CONT.



No último dia 30 de agosto o governo federal realizou de maneira totalmente hierárquica e arbitrária uma "consulta prévia" com a população indígena do Vale do Javari, do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi) em uma igreja evangélica para tratar sobre o INSI. "Falam que vão criar este INSI para facilitar a compra de medicamentos, mas vai dificultar mais ainda. O movimento indígena é contra! Vai complicar ainda mais. Se a gente for cobrar do INSI vão jogar para Sesai. Com o INSI vai piorar mais ainda, se a Sesai já não atende a demanda", critica Paulo Barbosa da etnia Marubo, presidente da Univaja.

"A gente apresentou nosso depoimento durante a reunião sobre o INSI de que não concordamos com a criação do instituto. Só que as influências políticas aqui acabaram aprovando o documento", comenta Manoel Marubo. A nova política de precarização da saúde indígena ocorre após a criação da Sesai, implantada pelo Ministério da Saúde em 2008, pauta de luta do movimento indígena. Os dados orçamentários do próprio governo mostram que a Política de Atenção à Saúde Indígena no Brasil é insuficiente e até criminosa.

"A questão do Vale do Javari não é falta de dinheiro. O mais angustiante é a falta de preparo de recursos humanos, como a parte administrativa e os profissionais contratados que não passam pelo perfil de atendimento. Como pode não ter pessoas com formação adequada numa região endêmica que tem hepatite, malária? O que adianta contratar profissionais sem preparo?", questiona Paulo Barbosa Marubo.

A falta de discussão com as aldeias indígenas tem comprovado o processo unilateral e nada democrático que criação do novo instituto traz. "A proposta não foi clara. Só que existe bastante influência política sobre ela. A maioria dos conselheiros não possuem tanto conhecimento político e votaram a favor do instituto. A nossa proposta enquanto movimento indígena é fazer um seminário para discutir o tema. Não adianta só uma ou duas pessoas saberem e empurrarem o projeto em cima da gente. Ninguém tá sabendo de forma clara", diz Manoel Marubo.

Agentes indígenas de saneamento e saúde não serão demitidos com concurso, afirma subprocuradora-Geral da República
SÍTIO CIMI, 08.09.2014



Durante passagem pelo Recife (PE), na última semana, a subprocuradora-Geral da República Deborah Duprat (na foto), coordenadora da 6a Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria Geral da República (PGR), afirmou que o concurso público para a saúde indígena não provocará a demissão dos Agentes Indígenas de Saúde (AIS) e Agentes Indígenas de Saneamento (Aisan), que atuam nas aldeias.

O argumento vem sendo utilizado por integrantes da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), comandados pelo secretário da pasta, Antônio Alves, que defendem a terceirização do setor, com o paraestatal Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI). Faz parte de uma orquestrada programação de terror institucional. O intuito é desqualificar o concurso público específico e diferenciado, transformando mentiras em verdades para angariar apoios ao instituto entre os povos indígenas.

“Há uma falsificação quanto a isso. Se diz que esse concurso colocaria na rua os AIS e os AISAN, que estão atualmente em campo. Não é verdade. Esse concurso destina-se para 6 mil profissionais que deverão compor tanto as equipes multidisciplinares, quanto para atuar nos DSEIs (Distrito Especial de Saúde Indígena)”, explica a subprocuradora-Geral da República. Conforme Deborah, atas da 6a Câmara comprovam essa decisão.

Qual deverá ser a forma mais adequada de contratação destes agentes indígenas, como explica a subprocuradora, é algo a ser discutido posteriormente. De acordo com lideranças indígenas ouvidas pelo Cimi, representantes da Sesai ventilam nas reuniões dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena (Condisi), organizadas como ‘consulta’ aos povos sobre o INSI, a falsa informação de que os agentes indígenas serão demitidos com o concurso.

CONT.



Não se trata, porém, de comum queda de braço entre duas opções: o instituto ou o concurso público. A criação de uma paraestatal, no caso o INSI, tem o potencial de desidratar conquistas públicas a propósito da iniciativa privada. Quando era vice-procuradora Geral da República, Deborah se manifestou pela inconstitucionalidade da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - paraestatal com a mesma lógica do INSI.

“Houve um forte investimento da Constituição de 1988 no sistema público de saúde, concebido como um sistema único - o SUS. Então eu acho que não pode haver recursos do Estado aplicados em saúde fora do SUS. A participação da iniciativa privada é permitida de forma complementar, e não é pelo Estado”, destaca a subprocuradora.

Leia mais: Sesai executou apenas 7.5% do orçamento deste ano para estruturação da saúde indígena

Audiência e reuniões aprovaram modelo de concurso

Na 18a Vara do Trabalho, em Brasília, uma Ação Civil Pública, impetrada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), com a participação do Ministério Público Federal (MPF), exige a realização do concurso público para a saúde indígena. Nesta segunda-feira, dia 8, o Grupo de Trabalho de Saúde Indígena do MPF se reunirá com o procurador do Trabalho para discutir a questão e definir encaminhamentos.

“Isso (ação do concurso) começou há mais de três anos. Não era uma ação específica da questão indígena, mas contra a terceirização. Estava transitado e julgado. Entramos em contato com o MPT e conseguimos interferir no processo de concurso para atender a especificidade da questão indígena”, explica. Deborah Duprat lembra que foram muitas reuniões para discutir o tema. Numa das primeiras, representante do Ministério do Planejamento afirmou que dispunha de 2 mil vagas de concurso para serem preenchidas imediatamente. Todos os encontros foram registrados em atas e fazem parte da Ação Civil Pública.

“Concebemos um modelo de concurso para os profissionais das equipes multidisciplinares, mas principalmente para estruturar adequadamente os DSEIs”, diz. A subprocuradora conta que depois de audiência pública em Brasília, na sede da PGR, onde participaram lideranças indígenas e o Fórum de Presidentes de Condisi, a questão foi levada para os conselhos e só depois disso a decisão sobre o modelo foi tomada.

“Tivemos a aprovação da proposta de um concurso diferenciado, com previsão bem significativa de cotas para indígenas, além de provas de títulos que contemplassem as equipes multidisciplinares que estavam nas áreas. Nada de Aisan ou AIS. Houve sempre esse cuidado”, explica Deborah. O prazo para o Ministério da Saúde realizar o concurso se encerrou em dezembro do ano passado. Então o MPT e o MPF executaram o Termo de Acordo Judicial, dispositivo do processo, na Justiça do Trabalho.

A subprocuradora afirma que estava prevista audiência de conciliação para julho. “Antes dessa reunião foi apresentado o instituto (INSI). Coloquei que eu tinha discordância jurídica, de

CONT.



conceito, quanto ao proposto, mas que acataria a decisão dos povos indígenas a respeito. O Ministério da Saúde disse que ia iniciar o processo de consulta e eu pedi que ele fosse instalado em todos os distritos (nos termos da Convenção 169)”, diz Deborah.

Conforme disse o secretário da Sesai Antônio Alves, durante reunião da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (Cisi), no final do último mês de agosto, a intenção é que a proposta seja apresentada no Conselho Nacional de Saúde (CNS), com reunião prevista para a próxima quarta-feira, dia 10. Na análise de indígenas e indigenistas, o CNS deverá aprovar a criação do instituto, que será prontamente encaminhado ao Congresso Nacional como um Projeto de Lei a ser tramitado em regime de urgência.



O drama dos índios ignorados pela Funai
SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 08.09.2014

Um homem de 31 anos foi preso em flagrante na madrugada do último sábado (6), em Santa Helena de Minas. Segundo a Polícia Militar, ele é suspeito de matar um índio Maxakali com uma pedra, e agredir outros dois.

De acordo com a PM, o crime aconteceu depois que o suspeito, aparentemente bêbado, tentou abusar sexualmente de uma índia de 36 anos, que estava na praça da cidade. O marido dela, de 39 anos, juntamente com um primo, teriam atacado o homem, tentando defendê-la, e os três foram agredidos à pauladas pelo suspeito.

Testemunhas contaram para a polícia que o suspeito do crime pegou uma pedra e arremessou na cabeça do índio, que estava no chão, caído. A filha do casal, de 6 anos, se escondeu durante a confusão. A mulher do índio foi encaminhada para o Hospital Municipal de Águas Formosas, em estado grave.

Já o homem foi preso e encaminhado para a Delegacia da mesma cidade. Ele contou aos militares que agiu em legítima defesa, mas a delegada do caso afirma que o suspeito foi intimado por abuso sexual.

Os índios Maxacacli tem uma terra indígenas demarcada no norte de Minas Gerais, mas vivem como miseráveis perambulando pelas cidades do entorno, tanto em Minas, quanto na Bahia. Entreveros como este já foram relatados por nós do #QI em cidades do sul da Bahia. - See more at: <http://www.questaoindigena.org/2014/09/o-drama-dos-indios-ignorados-pela-funai.html#sthash.BTjPXsW8.dpuf>



Sinais de preservação cultural na Raposa Serra do Sol

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 08.09.2014

Uma ação conjunta do 3º Distrito Policial de Pacaraima e da Companhia Independente de Policiamento Ambiental (CIPA) resultou na apreensão de 1.260 latas de cerveja, 58 litros de cachaça e de um revólver calibre 38 e uma espingarda calibre 20, além de munição e arma branca, no último sábado (6) na Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

A fiscalização teve início na terça-feira (2) e ainda está em andamento. Já na quarta-feira três quilos de maconha foram apreendidos e duas pessoas foram detidas próximo à cidade de Uiramutã. O objetivo da operação é o combate à bebida alcoólica, de entorpecentes e outros crimes em áreas indígenas.

O revólver calibre 38, sem munição, foi apreendido com um garimpeiro de 70 anos, que confessou que há um ano mora na região de forma ilegal, uma vez que não é indígena. Ele foi encontrado nas proximidades da Comunidade Tabatinga, vivendo na mata. O homem foi apresentado na Delegacia de Pacaraima, onde foi autuado em flagrante por porte ilegal de arma de fogo, pagou fiança e vai responder em liberdade.

A espingarda calibre 20 foi apreendida com um militar reformado do Exército, que estava em trânsito na Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. Ele foi abordado pela equipe de policiamento na estrada, no entroncamento do Surumu. O veículo em que estava foi revistado e a arma encontrada sem munição. Mas, de acordo com a polícia, em uma sacola plástica foram encontrados cinco cartuchos calibre 20. Ele também foi autuado em flagrante e pagou a fiança arbitrada.

A bebida alcoólica foi encontrada na Comunidade do Maracanã, próximo ao Mutum, na região do Uiramutã, onde estava sendo comercializada. Mais de 1,2 mil latas de cerveja e 58 litros de cachaça foram apreendidos. Conforme os envolvidos na operação, essa foi a maior apreensão feita pela Funai com apoio de policiais do estado de bebida em área indígena. O índio que estava comercializando a bebida foi autuado pela Funai.



Agricultor que tentou resistir a expurgo étnico está preso. Índios que assassinaram agricultores a pauladas estão livres.

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 08.09.2014

O líder dos produtores rurais que tentaram resistir ao expurgo étnico da área da antiga Fazenda Suiá-Missu, no Mato Grosso, completou 30 dias preso no último domingo, 7 de setembro. Sebastião Prado, presidia a Associação dos Produtores Rurais da Suiá-Missú (Aprossum) e foi preso pela Polícia Federal a pedido do Ministério Público Federal no dia 07 de agosto.

No dia 10 de agosto a justiça transformou o pedido de prisão preventiva em prisão temporária também a pedido do Ministério Público Federal e foi transferido para Centro Presidiário de Goiânia. Na última sexta-feira, a justiça negou o pedido de relaxamento da prisão feito pelo produtor alegando que Sebastião representa uma ameaça à sociedade.

Enquanto o líder dos produtores rurais segue preso no Mato Grosso, os cinco índios kaingang que assassinaram dois pequenos agricultores a golpes de paus e facões e tiros de espingarda no Rio Grande do Sul estão livres. Os cinco índios, incluindo um cacique, foram presos pela Polícia, mas soltos em seguida a pedido do Ministério Público.



Condisi Xingu divulga resolução contra a criação do INSI

SÍTIO CIMI, 09.09.2014

O Plenário do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi) Xingu, em reunião extraordinária realizada nos dias 2 e 3 de setembro de 2014, no Polo Base Leonardo – Parque Indígena do Xingu, no uso de suas atribuições regimentais conferidas na Lei nº 8.080, de 15 de setembro de 1990, Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Lei nº 9.836, de 28 de setembro de 1999, Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, e Portaria nº 755, de 18 de abril de 2012.

Os conselheiros distritais de saúde indígena, caciques, lideranças, professores, usuários, pajés e reizeiros, da abrangência do Parque do Xingu, representantes do Polo base Leonardo, Diaurum, Pavuru e Wawi, apresentado a proposta de criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI), após explicações, análise e discussão do assunto citado por todos os representantes.

Resolve:

Não apoiar a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI), porque essa proposta não foi consultada na base da forma adequada por não haver o tempo hábil para análise e entedimento das comunidades indígenas.

Ainda solicitam que os responsáveis pela elaboração da proposta da criação do INSI, acompanhados de representantes do MPF, MPT e 6ª CCR, estejam comparecendo até Parque Indígena do Xingu para esclarecer e explicar detalhadamente a proposta.

03 de setembro de 2014



"O grande problema indígena não é de demarcação e sim de gestão"

SÍTIO DIÁRIO DA MANHÃ, 09.09.2014

Encerrando a programação do II Encontro de Direitos Humanos e X Semana Acadêmica de Direito da UPF, foi recepcionado na noite de sexta-feira (5) na Universidade, o Procurador do Estado, Rodinei Candeia que falou sobre o tema "Demarcação de terras nas questões indígenas". O debate foi intermediado pelo professor do Curso de Direito, Paulo Henrique Scheneider.

Ao iniciar sua fala, Candeia fez uma contextualização histórica e política a fim de explicar aos acadêmicos e profissionais da área que assistiam ao encontro, como evoluíram as questões que deram início as discussões ao entorno da demarcação de terras indígenas da região. O procurador explicou que no início do século XX, 11 áreas foram demarcadas no Estado a pedido e a critério dos indígenas da época que somavam cerca de 2.500 pessoas e que totalizavam área original de 98 mil hectares. Hoje, o Estado tem 110 pedidos de demarcação para análise o que somaria uma área de 210 mil hectares de terra.

Conforme a Coordenadora do Curso de Direito da Universidade, Vanderlise Baú, as palestras ministradas durante os três dias de eventos vieram de encontro ao interesse da comunidade. Ela destaca que, para os alunos, as palestras com profissionais de renome na área que atuam servem de estímulo de forma a despertar-lhes o interesse por uma especialização.

Pouco antes da palestra o Procurador do Estado, Rodinei Candeia conversou com o DM. Confira!

DM: No debate sobre a demarcação de terra indígena, qual principal ponto de discussão?

Procurador: Parece-me que é a questão de ser necessária ocupação da área pelos indígenas na data da Constituição de 1988 ou não, para caracterizar esta área como tradicionalmente indígena. Esta é a discussão. Quem quer demarcar, como os organismos não governamentais, FUNAI, Ministério Público tentam relativizar esta exigência que o Supremo Tribunal Federal já estabeleceu. Ao mesmo tempo, que as pessoas que tentam se defender das demarcações exigem que esteja caracterizada. Esta me parece que é o ponto central da discussão.

DM: O Estado tem posicionamento formalizado quanto a isso ou não?

Procurador: Sim. Tem um posicionamento. Eu venho trabalhando nesta matéria há uns quatro anos e a cerca de um ano e meio o Estado tem um grupo de trabalho que se formou para abordar esta matéria. Em breve, nós estaremos entregando o relatório para o Governador. Basicamente o relatório diz o seguinte: para ser tradicionalmente indígena é necessário estar ocupado, e só não vai haver esta exigência de estar ocupado em 1988 quando houver sido anteriormente a isso, um esbulho das comunidades indígenas.

DM: Por vezes, ocorre de algumas pessoas saírem das comunidades indígenas que fazem parte
CONT.



por se desentenderem. Como é que fica a situação destes indígenas?

Procurador: Nós inserimos dentro do relatório do grupo de trabalho indígena, que o problema que acaba causando o pedido de novas demarcações, são os conflitos internos que acabam criando dissidências e grupos de indígenas saem de dentro e passam exigir novas áreas. Este é o problema. O grande problema indígena não é de demarcação e sim de gestão.

DM: Esta gestão cabe a quem?

Procurador: Esta gestão cabe as comunidades indígenas, a FUNAI e a União. Nós temos a pretensão de auxiliar dentro do Estado nesta questão da gestão, mas não é incumbência do Estado.

DM: Ao se referir a gestão, estas três partes citadas têm sido omissas?

Procurador: Sim e muito. Eu diria que omissão é praticamente completa. Hoje está a Deus dar esta matéria.

DM: Do impacto financeiro de uma eventual demarcação, há um estudo indicando os valores necessários para se tentar amenizar este embate?

Procurador: Fizemos um levantamento prévio e só em áreas que estão sendo exigidas pelas comunidades indígenas implica em algo perto de R\$ 4 bilhões, só as áreas já é um impacto absurdo. Para estas questão de gestão, seria muito mais barato resolver do que adquirir área ou indenizar as pessoas que, eventualmente, sejam retiradas.

DM: Estamos em um período eleitoral. Este momento influencia no debate sobre as questões indígenas?

Procurador: A impressão que eu tenho é que a discussão ficou morna agora neste período. Ninguém quer assumir responsabilidades neste período eleitoral.

DM: Da questão específica dos conflitos por áreas na Região Norte do Estado. O senhor vê a possibilidade deles serem solucionados em curto prazo?

Procurador: Não tenho esta perspectiva

DM: Porque?

Procurador: As partes, principalmente, as comunidades indígenas, Ministério Público e Funai estão encasteladas em uma posição. Eles querem as áreas custe o que custar e pouco importa a opinião dos demais interessados. Os agricultores até se proporem a discutir e a buscar uma solução conjunta. A FUNAI, as organizações não governamentais, o Conselho Indigenista Missionário vinculado a CNBB, o Ministério Público Federal não querem conversar. Eles querem demarcar e acabou. Por isso, fica difícil. Enquanto eles tiverem esta postura, não há possibilidade de acordo.

DM: É o caso de todas as partes cederem para haver negociação?

Procurador: Não vejo como negociar quando o direito de um é muito duvidoso. O que se tem de enfrentar é desmistificar, o que está em jogo? O que está por trás desta discussão toda? Quais são os interesses? O que é negociar? Negociar para os agricultores é abrir mão das suas casas. Negociar para os indígenas é adquirir as áreas. Isso é negociar? Não me parece que haja este termo. Negociar adequadamente seria o seguinte. Verificar a situação real daquela

CONT.



comunidade indígena? Qual sua necessidade? E qual a solução factível para aquela realidade? Esta é a negociação. Esta é a condução que seria responsável por um Governo que fosse competente. O que realmente nós não temos.

DM: Se houver uma desapropriação, a responsabilidade de indenizar o agricultor que tenha de sair, cabe a quem?

Procurador: O Estado não tem responsabilidade sobre demarcações indígenas, e a Constituição Federal diz que não cabe indenização de área. Agora, quem causar uma demarcação inapropriada, esta sim, tem que indenizar. O próprio Supremo Tribunal Federal já tem decidido que se houver esbulho por uma comunidade indígena que invade uma área e depois não é mais possível tirar esta comunidade indígena do local, quem tem que indenizar é a União.

DM: Ao que se percebe, os hábitos dos indígenas atualmente são muito semelhantes aos brancos, neste sentido, a questão da cultura indígena também deve ser levada em consideração no debate?

Procurador: Este registro de perda de cultura pelas comunidades indígenas já eram feitos há 100 anos. Os relatórios que se tem do Estado mostram que há mais de 100 anos os indígenas já tinham perdido sua cultura. Hoje se falar em culturas indígenas para comunidades completamente integradas, é um contra-senso. Não existe uma cultura indígena própria hoje. Não existe. O que precisaria é um trabalho de resgate desta cultura.

DM: Neste sentido tem o porquê existir uma legislação para o indígena ou interpretá-la devido à condição?

Procurador: Acho que sim até por que a Constituição prevê. Mas na verdade, hoje o indígena não é considerado diferente de nenhum brasileiro. A não ser o fato de a comunidade indígena ter usufruto da área que é da União em determinadas áreas que já que já eram reservas. Fora disso, não há muita diferença das demais pessoas.



Cimi lança relatório de Violência contra os Povos Indígenas

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 09.09.2014

O Conselho Indigenista Missionário-RO e a Faculdade Católica de Rondônia-FCR, fazem o lançamento do Relatório de Violência contra os Povos Indígenas. Com dados coletados em 2013, o levantamento mostra diversas formas de violência contra comunidades indígenas do país, infelizmente a situação atual que vive os povos indígenas, aumentou os assassinatos, o colapso da saúde, os suicídios e a baixa execução orçamentária, entre outros. Não bastasse todos os tipos de violências contra os povos indígenas, atualmente cresce os casos de criminalização de lideranças e povos inteiros, difundidos pela mídia.

O lançamento acontecerá hoje, 09 de Setembro de 2014, às 19:30, no auditório da Faculdade Católica de Rondônia, Porto Velho – RO.

O presente relatório anual de violência contra os povos indígenas no Brasil foi elaborado a partir de dados publicados nas fontes de imprensa escrita e virtual, das mais diferentes cidades, em todas as regiões do país. A outra fonte, da maior importância, são as fichas preenchidas pelos missionários do Cimi, que trabalham junto aos povos e comunidades nos 11 Regionais que compõem a instituição, e que estão, portanto, em posição de observação direta do cotidiano das aldeias e seus entornos. Além disso, as informações provêm de relatórios policiais e do Ministério Público.

Com esta sistematização queremos demonstrar em números, para a sociedade civil, o que acontece na prática com os povos indígenas. Nossa intenção é revelar o ciclo da violência, mostrando que ela é um processo.

Ir. Laura Vicuña Pereira Manso

CIMI/RO



Boletim de Notícias - Edição nº 159 / 2014

Brasília, 09 de setembro de 2014.

Saúde de famílias quilombolas é tema de reunião em Dom Feliciano

SÍTIO CLIC CAMAQUÃ, 09.09.2014

Na última semana estiveram reunidos com o Prefeito Dalvi Soares de Freitas e o secretário municipal de Saúde, Roberto Carlos Chrostowski, os técnicos referência da Coordenação Estadual da Saúde da População Negra, Carine Bianchi e Márcio Malavolta.

A reunião foi sobre o recurso da Estratégia da Saúde da Família Quilombola, que objetiva qualificar o cuidado e o acesso à saúde da população negra residente em comunidades remanescentes de quilombos urbanas ou rurais do estado do Rio Grande do Sul.



UFPA abre processo seletivo destinado a índios e quilombolas

SÍTIO G1, 09.09.2014

Provas serão realizadas em Abaetetuba, Altamira, Belém, Cametá e Soure. Inscrições podem ser feitas até o dia 1º de outubro, gratuitamente.

A Universidade Federal do Pará (UFPA) está com inscrições abertas para o Processo Seletivo Especial 2014 destinado a índios e quilombolas. Os cursos de graduação são ofertados para o campus de Altamira, no sudoeste do Pará e as provas serão realizadas nas cidades de Abaetetuba, Altamira, Belém, Cametá e Soure. O edital do concurso já está disponível no site do Centro de Processos Seletivos (Ceps).

De acordo com a organização do processo seletivo, a prova será composta somente por uma redação em língua portuguesa e entrevista com os candidatos. Não haverá cobrança de taxas para inscrição.

Ao todo, serão ofertadas quatro vagas a mais para cada curso de graduação presencial da UFPA, na capital e no interior, divididas em duas para quilombolas e duas para indígenas, totalizando 640 vagas. Para o curso em Etnodesenvolvimento, bacharelado e licenciatura, serão disponibilizadas 45 vagas.

Segundo a UFPA, o processo seletivo diferenciado integra o Programa de Políticas Afirmativas para Povos Indígenas e Populações Tradicionais (PAPIT). A primeira ação do programa na instituição foi a criação do curso de etnodesenvolvimento, no campus de Altamira, em 2009, visando garantir a qualificação das lideranças da comunidade para o manejo de projetos e instituições locais, além de qualificação técnica para efetivação do desenvolvimento. Já a primeira seleção diferenciada para indígenas em todos os cursos da UFPA foi aplicada em 2010, e a cota para quilombola, em 2013.



Funai sabia da ação paramilitar dos índios Urubu-Kaapor

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 09.09.2014

Matéria publicada hoje pela Agência Brasil (ABr) informa que a Funai sabia da atuação da milícia dos índios Urubu-Kaapor na defesa armada da Terra Indígena Alto Turiaçú, no Maranhão. De acordo com a ABr, a assessoria de comunicação da Funai disse que chegou a solicitar apoio policial para evitar que ocorram excessos ou conflitos.

Circularam pela internet na última semana imagens de índios Urubu-kaapor armados realizando uma operação paramilitar de defesa do seu território. As fotografias, de autoria do fotógrafo da vida selvagem, Lunaé Parracho, da Agência Reuters, mostram indígenas correndo atrás dos madeireiros, que foram rendidos, tiveram as mãos amarradas e foram duramente espancados. Alguns tiveram membros quebrados e todos foram humilhados pela milícia indígena.

"Os índios bateram muito neles, muito. Saíram quebrados, com braço e perna quebrado. Soltaram na floresta. Não sabemos se sobreviveram", disse ao jornal Folha de São Paulo, o índio Itahu Kaapor, líder de milícia. "Estamos em guerra. E nós enfrentamos mesmo. Criamos uma base de treinamento para nossos guerreiros", completou o indígena.

A Terra Indígena Alto Turiaçú fica no noroeste do Maranhão e tem 530 mil hectares alcançando seis cidades.

O antropólogo José Mendes, de 38 anos, que atua na região junto aos índios Urubu-Kaapor, contou à ABr que o conflito se intensificou há cerca de um ano. Os índios fecham as estradas de maior fluxo de caminhões para evitar a passagem dos madeireiros ilegais. Segundo o antropólogo, há um ano havia 24 passagens e hoje apenas duas continuam movimentadas, o que considera mérito das operações indígenas.

Apesar de endossar a ação paramilitar os índios, o antropólogo reclama da reação dos não indígenas do entorno da reserva. Mendes reclamou em entrevista ao Blog da Amazônia, de Altino Machado, que os índios não podem circular com segurança nas cidades do entorno. "Após a última operação autônoma, os indígenas estão sitiados na aldeia", disse Mendes. "Estamos no município de Zé Doca e só conseguimos sair dois, para buscar apoio e comprar comida e combustível para facilitar nosso deslocamento na aldeia. Não podemos ficar muito tempo aqui porque somos seguidos. Viemos em duas pessoas porque é muito perigoso que as lideranças indígenas deixem a área, pois estão ameaçadas de morte", relatou o antropólogo.

O Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, informou na semana passada que mandou a Polícia Federal investigar o caso. Nem o Ministério Público Federal no Maranhão, nem a Funai, nem o Ibama, fazem qualquer menção ao fato de que a ação dos índios em formação paramilitar na defesa do seu território é ilegal.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 159 / 2014

Brasília, 09 de setembro de 2014.

Procurada pelos jornalistas da Folha de São Paulo, a Secretaria de Direitos Humanos se recusou a comentar o espancamento e a violência perpetrada pelos indígenas.

Com informações da Agência Brasil, Folha de São Paulo e Blog da Amazônia. A imagem é um recorde de uma das fotos de Lunaé Parracho publicada pela Reuters.



BELÉM: MPPA e MPF medeiam conflito entre população Quilombolas da Vila do Jambuaçu e Vale

SÍTIO MP/PA, 09.09.2014

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) por meio da 8ª promotora de Justiça Agrária de Castanhal, Eliane Moreira, conjuntamente com o Ministério Público Federal (MPF) promoveu reunião dia 5 (sexta), em Belém, com a presença de representantes da comunidade de Quilombolas da Vila do Jambuaçu, nordeste, e representantes da empresa Vale S.A.

O objetivo do encontro: ouvir as partes, seus reclamos e buscar a mediação do conflito noticiado pelos Quilombolas, informou a promotora de Justiça, Eliane Moreira.

Observou, ainda, que existem dois processos referentes ao Caso, um que tramita perante a Vara Agrária de Castanhal proposto pela Vale S. A e outro que tramita perante a Justiça Federal proposto pelo MPF.

Os quilombolas de Jambuaçu procuraram a Promotoria Agrária solicitando intervenção do MP pois consideram que o acordo assinado em 2007 com a Empresa Vale S.A. possui problemas por não ter envolvido todas as comunidades do território, alegam que não obtiveram informações suficientes antes de sua assinatura e não se consideravam suficientemente esclarecidos sobre seus termos. Reclamam, ainda, da falta de implantação do Projeto da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e da ausência de recuperação das áreas impactadas pelo mineroduto.

Presentes a funcionária da Vale - área de negócios imobiliários -, Adeilza Freire dos Santos acompanhada do advogado da Vale, José Anchieta Salgado Pinto.

Pelo MPPA e MPF: a promotora de Justiça Eliane Moreira, as técnicas do Grupo Técnico Interdisciplinar (GTI), Heloisa Feio e Rejane Rego e, os assessores, Paulo Rabelo e Roselene Silva respectivamente e dezenas de famílias Quilombolas, residentes na Vila do Jambuaçu, localizada na PA -320, entre os municípios de São Francisco do Pará e Igarapé Açu, nordeste paraense.

Ministério Público do Estado do Pará
Assessoria de Imprensa
(91) 4006-3586 / 4006-3487 / 8871-2123
imprensa@mp.pa.gov.br
<http://www.mppa.mp.br>
<http://twitter.com/MPEPA>



Oeste do Paraná: uma onda ininterrupta de violência contra os povos indígenas
SÍTIO CIMI, 09.09.2014

"Lá, na mata junto ao rio é nossa casa, nossa morada, o branco nem sabe que lá é Tatá Rendy (luz do fogo), que é sagrado... Lá é nossa tekoha (lugar onde se é), nossa antiga aldeia, que ainda é nossa, muito antes até da FUNAI estudar, muito antes da gente existir, e hoje vivemos assim, vivemos assim."

As palavras proferidas pelo rezador Santiago Morales de mais de 90 anos, no cair da tarde da última sexta-feira, dia 29 de agosto, refere-se ao despejo sofrido por um grupo Guarani que ocupava uma pequena porção de terra dentro de uma "fazenda" no município de Terra Roxa, ocorrido no dia 18 de agosto no estado do Paraná. O fato é apenas o último episódio de uma história de violência constante sofrida pelo povo Guarani no oeste paranaense.

Atualmente, vivendo em 13 terras indígenas, nenhuma regularizada, localizadas entre os municípios de Guaíra e Terra Roxa, com uma população de aproximadamente 1.800 indígenas, os guarani encontram-se em uma situação tão aguda de vulnerabilidade que no ano passado o procurador da República Henrique Oliveira ingressou com 45 processos administrativos junto às diversas instâncias do Poder Público em apenas dois meses de trabalho. As peças emitidas pelo procurador guardam intensos relatos dos níveis de degradação e da total falta de dignidade humana vivida pelo povo Guarani há muitas décadas.

Cansados de viver nesta situação, que tem se intensificado com a paralisação dos procedimentos demarcatórios, um pequeno grupo de aproximadamente 30 indígenas guarani decidiu, na manhã do dia 18 de agosto, ocupar uma faixa de mato ao lado de um córrego, em uma pequena extensão da fazenda São Paulo, localizada na (não por acaso) Vila Guarani, na divisa entre os municípios de Guaíra e Terra Roxa. Esta área trata-se de uma terra que se encontra em estudo pela FUNAI e que para o povo Guarani se constitui como um antigo território sagrado chamado pelos seus anciões de Tatá Rendy (luz do fogo). Como afirma Santiago Morales: "É uma terra onde podemos ter acesso ao mato, aos recursos que precisamos. Uma terra em que podemos viver como Guarani".

Mesmo tratando-se de um número tão reduzido de indígenas, e mesmo os Guarani não representando nenhum perigo considerável aos moradores do local, poucas horas depois, na tarde do mesmo dia, um grupo fortemente armado formado por mais de 300 fazendeiros, produtores rurais, comerciantes e políticos reuniu-se no local e passou a ameaçar os indígenas prometendo, segundo as palavras dos guarani, matar todo índio que ousasse resistir ao despejo que o próprio grupo trataria de aplicar. Os indígenas tiveram de deixar o local na mesma noite sob uma espécie de "escolta" da Polícia Federal. Enquanto as demarcações de terra seguem paralisadas, este é o segundo despejo sofrido pelo povo Guarani em menos de seis meses.

CONT.



A liderança guarani Ilson Soares referindo-se ao caso lamenta: “Eles (os mais velhos) se preocupam com o futuro, com as condições que vivemos e então falam belas palavras, de incentivo, de esperança para nosso povo. Nosso povo que não aguenta mais, então passa a sonhar com as palavras e procura melhorar sua condição de vida para poder viver sua cultura e seu modo de ser. É uma pena ver que tão belas palavras possam ter um resultado tão ruim, que gere tamanha violência”.

A “tamanha violência” lamentada por Ilson ganha nesta região fronteiriça com o Mato Grosso do Sul dimensões inacreditáveis e revela os bastidores de uma rápida e ágil articulação entre os setores do agronegócio e do poder público com a finalidade de promover uma sombria definição de “justiça direta” contra os povos indígenas. Esta articulação, registrada pelos indígenas na desocupação do grupo Guarani no último dia 18 de agosto, constitui-se na verdade como a tônica de uma onda ininterrupta de violência que vem assolando os povos indígenas, ano após ano, no oeste paranaense.

Racismo institucional, utilização da máquina pública, formação de quadrilha, ameaças e assassinatos marcam tal “onda” de ataques, que tem sua origem junto aos oceanos de monocultura do estado do Paraná, do Mato Grosso do Sul e das demais zonas de expansão das fronteiras agrícolas brasileiras. Enquanto na esfera Federal o governo pactuou com o agronegócio paralisação das demarcações, regionalmente verdadeiras máfias e milícias, aproveitando-se da ineficiência das leis e da Justiça, praticam todo tipo de violência para garantir de maneira prática o desmonte dos territórios tradicionais e originários.

Quadrilha institucional e um pequeno histórico da violência recente contra os povos indígenas em Guaíra e Terra Rocha

No ano de 2010, quando as bancadas ruralista e evangélica ainda não havia conseguido congelar os procedimentos demarcatórios das terras indígenas via caminhos institucionais, no oeste do Paraná, os fazendeiros da região já aplicavam “estratégias” para que sua violência direta tivesse efeito similar. Um grupo de fazendeiros literalmente fechou as portas de uma aldeia indígena, alegando que estavam em território de uma fazenda, confinando o povo Guarani e os mantendo cativos através de ameaças e vigília integral. Os fazendeiros impediam que os mesmos tivessem inclusive acesso a alimentação. O ato criminoso foi desfeito apenas com intervenção direta do Ministério Público Federal de Umuarama e da Polícia Federal. Os estudos preliminares das terras indígenas haviam sido garantidos apenas um ano antes também por determinação judicial.

No mesmo ano, a aldeia Y’Hovy (Rio Azul), localizada em Guaíra, foi atacada por jagunços armados e liderados por um arrendatário chamado Vantuir Morra. Casas foram destruídas e queimadas e os agressores só recuaram devido a organização dos indígenas, que resistiram aos ataques colocando suas próprias vidas em risco. Tiros sobre acampamentos indígenas tornaram-se eventos recorrentes.

Já em 2011, com o aumento dos atentados, as comunidades indígenas da região denunciaram a contratação de trabalhadores estrangeiros que prestavam uma “dupla jornada” para seus patrões. Em determinados períodos do dia trabalhavam na colheita, em outros trabalhavam

CONT.



como jagunços armados para manter afastados os povos indígenas e avançar sobre seus territórios. A denúncia chegou a gerar comoção pública devido ao índice de desemprego dos cidadãos na região e uma ação de investigação da Polícia Federal acabou por afugentar os jagunços.

O grau de violência e atentados contra os direitos humanos seguiu forte e ativo no ano seguinte. Lideranças das mais diversas aldeias da região passaram a reivindicar os direitos à demarcação dos territórios tradicionais e das condições básicas garantidas aos povos originários pela Constituição Federal e foram sistematicamente ameaçados. Atentados contra a vida dos indígenas tornaram-se eventos cotidianos e o terror tomou conta das comunidades que se sentiram cada vez mais confinadas. Sair dos limites das aldeias tornou-se um risco de vida. No fim de 2012 uma senhora indígena foi atropelada em frente ao terminal rodoviário de Guaíra por um carro à mais de 100 km por hora. Após o atropelamento, o motorista fugiu do local. Mesmo com uma sucessão de eventos como este, os jornais continuavam noticiando os fatos como se estes fossem casos isolados.

O quadro veio a piorar ainda mais no ano de 2013. Com a paralisação das demarcações de terras indígenas adotada pelo Governo Federal, em esfera local, organizações anti-indígena se reforçaram e passaram a ampliar suas investidas contra os povos originários. No caso de Guaíra e Terra Roxa os ataques aos povos indígenas, que já não tinham nada de espontâneos, assumiram o caráter de uma quadrilha institucional. A forte articulação entre fazendeiros e o poder público da região passou a ficar evidente com a criação da Organização Nacional de Garantia ao Direito de Propriedade (Ongdip), da qual faz parte até hoje, nada mais nada menos que o prefeito de Guaíra, o petista Fabian Vendrusculo.

Criada em março de 2013, a organização nasce com o objetivo de se postar de forma combativa contra as demarcações de terras indígenas, “alertar” a população local sobre o perigo das invasões de terra por parte dos indígenas e inclusive encomendar laudos de estudo a respeito das demarcações de fontes que eles considerem seguras.

A Ongdip e Sindicatos Rurais passaram então a encabeçar uma forte campanha difamatória com teor de verdadeira incitação pública onde os moradores de Guaíra e Terra Roxa foram incentivados abertamente a tomar partido na luta contra os povos indígenas. Faixas foram estendidas pelas praças e principais ruas da cidade com dizeres como “invasão indígena não combina com ordem e progresso” e “o Brasil que produz merece respeito”. Um panfleto de caráter profundamente racista intitulado “A Verdade”, financiado a partir de recursos privados dos vereadores da cidade foi amplamente distribuído enquanto adesivos portando a frase “Minha Terra, Minha vida: PR e MS contra a demarcação das terras indígenas” passaram a estampar os vidros da grande maioria dos veículos que transitavam pelas cidades. O ponto mais forte da campanha culminou no dia 14 de março quando centenas de pessoas da cidade de Guairá e Terra Roxa ocuparam a ponte Ayrton Senna, limite entre os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, para gritar contra as demarcações.

Segundo informações providas do Ministério Público Federal de Guaíra, a partir de uma investigação descobriu-se que o próprio prefeito Fabian Vendrusculo havia decretado feriado na cidade para realização do protesto e que todos os empregados dos mais diversos

CONT.



estabelecimentos comerciais foram convocados pelos patrões a participar do “protesto da ponte” como se fosse uma atividade normal de trabalho.

O pai de Fabian é sabidamente proprietário de terras que incidem diretamente sobre a área indígena de Tekoha Mirin em Guaíra, e para além da família Vedrusculo, outros fazendeiros temidos pelos Guarani engrossam as fileiras desta organização contra as demarcações. Segundo os indígenas o fazendeiro Roberto Weber é conhecido pelos indígenas de longa data. Roberto é sobre tudo presidente da Ongdip e já teria promovido ações contra lideranças Guarani. A Fazenda São Paulo, da qual o grupo de 30 Guarani foi expulso no último dia 18 de agosto por mais de 300 pessoas armadas é , segundo informações dos indígenas, pertencente ao pai de Roberto, Sr. Rosalino Weber.

Os indígenas denunciam ainda que o produtor rural Semião Neves, que tem se colocado como uma espécie de porta voz da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural na região, por diversas vezes agiu contra a aldeia indígena conhecida como Tekoha Guarani. Segundo Ilson Soares, liderança Guarani, Semião contaminou as águas utilizadas pelos Guarani com veneno e destruiu as plantações que ficam dentro do terreno da aldeia. Ilson recorda que em um dos ataques, destas investidas de Semião, foi flagrado por integrantes do Centro de Trabalho indigenista (CTI), que realizavam uma entrega de mudas para que os indígenas pudessem plantar. “Quem estiver na Tekoha vai ver, eles fazem tudo abertamente”, relata Ilson.

Em novembro do ano passado a onda difamatória e as investidas dos fazendeiros culminaram em dois acontecimentos drásticos para o povo Guarani. Uma jovem indígena de apenas 19 anos, que prefere se identificar apenas como Amélia, foi sequestrada a caminho da sede da FUNAI, onde trabalha. Ela conta que foi molestada durante mais de três horas por três homens e que depois a largaram no meio da rua. Antes de ser solta, Amélia teve de ouvir as ameaças direcionadas a seu irmão, liderança indígena da aldeia Tekoha Marangatu, em Guaíra, e servidores da FUNAI.

No mesmo mês, muitos indígenas reuniram-se na aldeia Tekoha Porã, também em Guaíra, para um torneio de futebol. Durante os jogos, pessoas apareceram e passaram a exhibir armas e ameaçando que naquela noite um indígena morreria. Na referida noite a promessa foi cumprida. O indígena Bernardino Ortega foi atingido por uma série de disparos provindos de um veículo. Não resistiu e morreu. Outros indígenas ficaram feridos.

Assédio e ameaças não escutadas, vidas despedaçadas e políticas de compensação que não compensam

A liderança indígena Ilson Soares alerta que as ameaças contra os guarani jamais pararam. Elas acontecem todos os dias, o problema é que a polícia não tem dado ouvido às queixas. “Homens armados têm se aproximado de crianças agora, assediam elas e através delas mandam recados mortais para nós, lideranças. Quando a gente denuncia a polícia diz que não devíamos ouvir histórias de crianças, será que vai ser preciso quantos cadáveres mais para eles entenderem que a coisa aqui é séria, que estamos sendo massacrados”. Ilson segue: “Além disso, quase todo o dia que saímos enfrentamos algum perigo real. Motoristas jogam o

CONT.



carro em cima da gente, pessoas nos ameaçam na rua, em plena luz do dia, mas não tem monitoramento, estamos por nossa conta”.

Para Ilson, o resultado desta violência é sentida pelos indígenas em todos os âmbitos da vida. “As crianças são discriminadas nas escolas enquanto os adultos são despedidos dos frigoríficos. Não podemos ter acesso pleno à cidade e cada nova ação dos ruralistas ou do governo é uma cidade inteira que se volta contra nós”. O desabafo da liderança Guarani é igual em todos os aspectos ao desabafo das famílias Kaingang da aldeia Kandóia, localizada no município de Faxinalzinho no Rio Grande do Sul, há mais de 700 km de Guaíra. Tanto no Estado Gaúcho como no Paraná ações governamentais e de forças locais acabaram por aprisionar os indígenas em suas pequenas ocupações de terra, criando verdadeiros aglomerados anti-indígenas nas cidades locais.

Outra similaridade entre o Rio Grande do Sul e o Paraná, no que se refere aos povos indígenas, são as ditas propostas de compensação oferecidas pelos Governos para que os indígenas abram mão de sua luta pelos territórios tradicionais. No Paraná, Hamilton Serighelli, que é secretário Especial de Assuntos Fundiários do governo estadual, tentou permutar com os guarani as áreas que estes reivindicavam por outra terra localizada junto ao parque da ilha Grande. Na época, o procurador de Umuarama Robson Martins se pronunciou de forma contrária a permuta, alertando sobre as condições de defasagem do terreno e outros processos administrativos relacionados à permanência de outros grupos no local, como por exemplo, as comunidades ribeirinhas. Os indígenas rechaçaram de forma veemente a proposta.

Para os guarani, o Ministério Público Federal (MPF), tanto de Umuarama quanto em Guaíra, tem sido um grande protetor. “Eles (procuradores) também estão no meio do tiroteio dos fazendeiros, sem poder fazer muito, mas tem garantido pelo menos questões básicas para nós, como saneamento e alimentação, isso é muito importante” relata Ilson. Segundo o Cacique da Tekoa Y’hovy os estudos de demarcação só seguem por determinação do MPF e de fato, apesar de em 2013 o governo federal ter paralisando as análises demarcatórias em todo país, a Funai só instaurou um novo Grupo de Trabalho (GT) porque foi obrigada por uma decisão judicial, provocada pelo órgão.

Protesto Guarani vem rompendo o silêncio.

Do Guarani mais novo ao mais velho é unânime a posição de que não se trata de um genocídio sofrido em silêncio. “Os fazendeiros podem fazê-lo de maneira velada, mas nós não estamos mais quietos. Nós temos ido à praça, pintado o rosto, feito protestos junto à universidade, denunciado. Por muitas vezes este ano e no ano passado saímos às ruas, gravamos tudo, encaminhamos aos órgãos responsáveis. Todos sabem o que está acontecendo e nós vamos continuar denunciando” diz o jovem Marcos Benites de apenas 15 anos.

Em cada uma das 13 aldeias localizadas entre Guaíra e Terra Roxa, existe uma força originária pulsando forte, como uma chama que se recusa a apagar. Quando mais pressão é exercida contra estas comunidades, mais esta força parece pulsar. Nas casas de reza os pequenos aprendem os passos dos mais velhos e com eles sonham em recuperar aquilo que sempre foi do povo Guarani. Aprendem que para além da lógica do transgênico e da monocultura a terra é

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 159 / 2014

Brasília, 09 de setembro de 2014.

sinônimo de vida. Sabem melhor do que ninguém que a premissa inversa também é verdadeira, sem-terra, sem vida digna. E como um tiro que sai pela culatra, o efeito pretendido pelos fazendeiros reverte sua lógica. Vivendo como comunidades sem-terra, enraízam mais forte o sentimento pelo seu Tekohá. Desta forma as comunidades têm ganhado as ruas e tronado público o genocídio programado que as autoridades e fazendeiros têm executado dia após dia. Na coragem dos que lutam hoje mora a esperança dos que virão amanhã.